



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2606

PROCESSO

Nº 115/2014

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 066/18/IE e na Deliberação CONSEMA nº 05/2018, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: AV. RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: IMPLANTAÇÃO DA PERIMETRAL DE ITATIBA (SPI 081/360) E DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA LUCIANO CONSOLINE (SP-063), ENTRE O KM 22+650 E O 24+650

LOGRADOURO: SPI 081/360 E RODOVIA LUCIANO CONSOLINE (SP-063)

MUNICÍPIO: ITATIBA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Implantação da Perimetral de Itatiba (SPI 081/360), segmento do km 0+000 ao km 8+200; Duplicação de trecho da Rodovia Luciano Consoline (SP-063), entre o km 22+650 e o 24+650; Implantação de Via Marginal entre a Estrada Municipal Benedito Antônio Ragagnin e a Avenida Antônio Nardi, lindeira à pista norte da Perimetral, do km 5+800 ao km 7+600; e Implantação de Dispositivo de Interligação entre a SPI-081/360 e a Rodovia Luciano Consoline (SP-063)

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data : 12 / 03 / 18

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 01/08

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação – LI

1. Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação Social e subprogramas, incluindo, além das medidas propostas: a divulgação de informações à população sobre as medidas mitigadoras de incômodos à população, sobre os critérios de desapropriação, o número de vagas e perfil profissional buscado, reuniões periódicas com a prefeitura de Itatiba, associações de moradores locais, conselhos municipais, etc. O Programa deverá ser executado por profissional habilitado responsável pela elaboração dos materiais/atividades de comunicação e atendimento à população. Demonstrar ainda a realização das atividades prévias de comunicação social, como o atendimento às reclamações, esclarecimento de dúvidas da população, e reuniões realizadas.
2. Apresentar um Programa de Adequação Ambiental do Projeto Executivo, agrupando as ações de planejamento propostas e ações para promover a incorporação de critérios ambientais pelas subempreiteiras e fornecedores. Apresentar proposta de travessia de cursos d'água selecionados por meio de obra de arte especial, em especial na altura dos km 6+200 e 8+000 da Perimetral, com base em aspectos ambientais como: dados de vazão, existência de corredor ecológico, fragmentação de vegetação, travessia de fauna, interferência em área de várzea etc. Considerar ainda as adequações de projeto propostas no documento RB015-RT005 protocolizado em 16/10/2017 quanto ao trecho na altura do km 0 ao 6 da futura Perimetral.
3. Apresentar o Plano de Ataque às Frentes de Obras para cada trecho de obra a ser iniciado, com cronograma e responsáveis pela execução e recuperação ambiental, com suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs. Apresentar atualização dos volumes de terraplenagem do empreendimento informando a previsão do balanço entre os trechos de obras.
4. Apresentar o detalhamento dos Programas e Subprogramas Ambientais da Fase de Construção (de Desapropriação e Apoio da População e Negócios, de Controle Ambiental das Obras - PCA, de Monitoramento da Água, de Monitoramento da Fauna e Flora, de Reposição Florestal, de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, de Educação Ambiental, de Monitoramento Ambiental das Obras, de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-obra, e de Gerenciamento de Áreas Contaminadas) contemplando, no mínimo: as equipes alocadas e respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; o detalhamento das medidas propostas customizadas aos trechos de obras; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; as formas de registros ambientais e de treinamento dos empregados; os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a construção da obra; o cronograma de atividades.
5. Incluir no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras - PCA, o detalhamento do Subprograma de Prevenção e Controle de Erosão e Assoreamento, contemplando a descrição e o croqui do sistema de drenagem provisório a ser implantado, incluindo dispositivos e práticas de dissipação de velocidade das águas, proteção de solo exposto e contenção junto aos corpos d'água, áreas de apoio e nas frentes de obra, com atenção ao trecho a montante do Parque da Juventude e nas proximidades da SP-360. Apresentar o mapeamento e georreferenciamento dos pontos críticos sujeitos ao assoreamento, cuja escolha deverá ser devidamente justificada. Para tais pontos, deverá ser apresentado o nível de leito/cota de fundo atual. O mapa deverá conter a rede hídrica das sub-bacias atravessadas e o traçado do empreendimento diferenciado pelos métodos construtivos deste.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 02/08

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

Incluir o uso de barreiras físicas fixas e/ou flutuantes nos cursos d'água a serem afetados pelas obras.

6. Apresentar pranchas do Projeto Executivo Geométrico e de Drenagem do empreendimento, indicando a concepção geral do projeto, incluindo a via marginal, os acessos dos imóveis lindeiros ao empreendimento e o canteiro central permeável a ser implantado, com o detalhe das obras-de-arte especiais, obras de estabilidade de taludes e bacias de contenção de águas pluviais, acompanhados de memorial descritivo e das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs;
7. Apresentar, visando à organização e compilação das informações ambientais relacionadas com o licenciamento em curso, os arquivos cartográficos georreferenciados e as tabelas síntese do licenciamento (caracterização do empreendimento e indicadores de impacto ambiental). Para o preenchimento das tabelas, verificar as instruções indicadas na página <http://licenciamentoambiental.cetesb.sp.gov.br/tabelas/> e para apresentação dos arquivos cartográficos georreferenciados, acessar <http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/cetesb/documentos/Manual-DD-217-14.pdf>.
8. Apresentar o detalhamento do Programa de Monitoramento de Água, contemplando: os pontos amostrais georreferenciados; a justificativa de escolha de cada ponto; frequência amostral compatível com o cronograma de obras; parâmetros a serem analisados; e métodos de coleta e preservação de amostras a serem utilizados. As amostragens deverão ser realizadas antes, durante e depois das obras em cada ponto. Incluir pontos de monitoramento piezométrico dos poços de captação de água na área de interferência do empreendimento e proposta de mitigações e ressarcimentos a eventuais danos às captações. Os laudos analíticos dos parâmetros de qualidade da água deverão atender ao disposto na Resolução SMA 100/2013.
9. Apresentar manifestação do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, em atendimento à Portaria DAEE nº 1630, de 30/05/17 e reti-ratificada em 06/02/18, e à Instrução Técnica DPO nº 09 de 30/05/2017, atualizada em 25/07/2017.
10. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e Projeto Executivo dos locais de armazenamento temporário dos resíduos a serem gerados na fase de obras do empreendimento, conforme diretrizes dispostas no item 9.2.3 do Parecer Técnico nº 66/18/IE.
11. Apresentar, em foto aérea ou imagem de satélite, a localização do canteiro de obras e demais áreas de apoio previstas (depósitos de material excedente, áreas de empréstimo, acessos provisórios, etc.), incluindo o "layout" das instalações previstas no canteiro, em áreas livres de restrições ambientais. Caso o canteiro ou outras áreas de apoio estejam localizadas fora da faixa de domínio, deverá ser efetuado o cadastramento prévio das mesmas no Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE, nos moldes da Resolução SMA 30/2000. No caso de áreas de apoio situadas em área urbana, deverá ser apresentada manifestação da Prefeitura Municipal. Caso sejam instaladas unidades industriais/usinas de concreto, asfalto, etc. ou outras fontes de poluição no canteiro, deverá ser solicitado o licenciamento complementar das mesmas na Agência Ambiental da CETESB.
12. Comprovar atendimento ao disposto no item 9.2.4 do Parecer Técnico nº 66/18/IE referente à continuidade dos trabalhos de gerenciamento de áreas contaminadas na área de interesse.
13. Comprovar no detalhamento do projeto do empreendimento a adoção de critérios ambientais para a redução da supressão de vegetação, especialmente na altura dos km 6+800 e 8+000, conforme discutido nos itens 9.2.6 e 9.2.8 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 03/08

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

14. Apresentar avaliação sobre a viabilidade dos fragmentos florestais na altura dos km 6+800 e 8+000 da rodovia, em suas frações que não serão suprimidas, incluindo medidas específicas para sua conservação.
15. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento da Flora, no âmbito do Programa de Monitoramento da Flora e Fauna, incluindo: metodologia de trabalho; medidas mitigadoras que serão tomadas durante a supressão; corte unidirecional da vegetação; corte de lianas e cipós das árvores próximas ao limite da área a ser suprimida; demarcação prévia da vegetação a ser suprimida, proteção da vegetação remanescente, acompanhamento por profissionais habilitados na identificação de espécies da flora, fauna, abrigos e ninhos, e no resgate e relocação de flora e fauna. Incluir cronograma de atividades compatível com o cronograma de obras, priorizando os períodos de menor precipitação, e equipe técnica responsável.
16. Apresentar, no âmbito do Programa de Monitoramento da Flora e Fauna, um Subprograma de Resgate de Flora detalhado, contemplando no mínimo: procedimentos executivos para o resgate e relocação de espécies; espécies prioritárias (incluindo epífitas); ações para coleta de sementes e plântulas; destino que será dado ao material orgânico resultante; uso do topsoil das áreas suprimidas na recuperação de áreas de apoio ou nos projetos de restauração florestal relacionados ao cumprimento dos TCRAs; projeto e localização de viveiros de espera; georreferenciamento e caracterização das áreas de resgate e relocação; cronograma de atividades e equipe responsável.
17. Obter a Autorização de Supressão de Vegetação e Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP e o respectivo Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA junto ao Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE/CETESB. Para emissão do TCRA, deverá ser apresentado, para análise e aprovação, projeto de restauração florestal relativo às compensações florestais determinadas em legislação, seguindo diretrizes do item 9.2.6 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.
18. Apresentar o comprovante do depósito bancário, no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15/01/14, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA da SMA;
19. Apresentar os resultados do levantamento de fauna nos fragmentos na altura dos kms 6+800 e 8+000 da rodovia, para subsidiar o detalhamento do Programa de Monitoramento da Fauna e Flora, incluindo a comparação com os dados de fauna anteriormente apresentados, análise crítica e propostas de medidas mitigadoras.
20. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento da Fauna no âmbito do Programa de Monitoramento da Flora e Fauna, incluindo as atividades de monitoramento para cada grupo faunístico e ações específicas para espécies da avifauna ameaçadas de extinção, conforme discutido no item 9.2.8 do Parecer Técnico nº 066/18/IE. Deverão ser definidas as áreas, espécies alvo, metodologias, esforço amostral, equipe responsável, cronograma da realização das campanhas durante a implantação do empreendimento e previsão de continuidade durante os três primeiros anos da operação.
21. Incluir no detalhamento do Subprograma de Monitoramento da Fauna as atividades de afugentamento e resgate de fauna, incluindo além das ações previstas no EIA, a comprovação das parcerias com instituições que receberão os animais e as especificações constantes do item 9.2.8 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 04/08

ANEXO

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

22. Apresentar, no âmbito do Programa de Monitoramento de Flora e Fauna, um Subprograma de Monitoramento da Fauna Doméstica e Sinantrópica que inclua o controle sanitário da fauna sinantrópica; apoio à castração de cães e gatos; definição de instituições que receberão os animais domésticos vagantes e resgatados; cadastramento dos animais domésticos das famílias desapropriadas/reassentadas; campanhas de conscientização com a população do entorno e com os trabalhadores da obra.
23. Apresentar um Subprograma de Gerenciamento de Tráfego das Obras e do Sistema Viário Local, no âmbito do PCA, contemplando minimamente: elaboração de projetos de desvios e travessias provisórias; planejamento de segurança do tráfego na construção; implementação de medidas de sinalização de obra; minimização das interferências nas relações e fluxos entre bairros; e redução de interferências no sistema viário local e na circulação de tráfego.
24. Apresentar as anuências do Departamento Municipal de Trânsito de Itatiba quanto ao Plano de Tráfego, assim como aos desvios e interrupções necessários durante as obras.
25. Apresentar o detalhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, contemplando as ações de treinamento ambiental dos trabalhadores, de capacitação da mão de obra, e priorização de mão de obra local. Considerar a possibilidade de reaproveitamento da mão de obra proveniente de atividades econômicas (agrícolas, comerciais, etc.) encerradas por ocasião das ações de desapropriação e relocação.
26. Apresentar o detalhamento do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios considerando as diretrizes indicadas no item 9.2.12. do Parecer Técnico 066/18/IE e contemplando: cadastro físico e socioeconômico atualizado de todas as propriedades afetadas pelo empreendimento; apresentação sobre ortofoto ou imagem de satélite (em escala 1:2.000) a caracterização da situação das propriedades (situação fundiária, física dos imóveis, etc.); cadastro de grupos mais vulneráveis (idosos, deficientes, pessoas com necessidades especiais, etc.); a área total das propriedades e a porcentagem de área afetada pelo empreendimento; as comprovações das negociações em curso, o Decreto de Utilidade Pública (DUP) e os acordos amigáveis firmados ou imissões na posse; equipe técnica responsável; e cronograma de atividades compatível com cronograma da obra.
27. Incluir no Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios, um Plano de Reassentamento, para atendimento a eventuais moradores não proprietários, contemplando: cadastro (inquilinos, agregados, meeiros, arrendatários, caseiros, etc.); atendimento proposto a cada caso; ações a serem desenvolvidas; cronograma de execução e equipe social responsável.
28. Apresentar o termo de autorização de uso e/ou contrato de servidão administrativa e/ou documento equivalente para a implantação do empreendimento em áreas de domínio público.
29. Incluir no Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, o detalhamento das propostas de medidas mitigadoras e compensatórias relativas ao impacto da desapropriação/afetação de atividades econômicas afetadas, o cadastro atualizado dos comércios, indústrias, serviço e áreas de produção rural afetadas (proprietários ou não dos terrenos onde estejam estabelecidos); caracterização socioeconômica; número de empregos afetados; propostas de áreas para relocação das atividades econômicas afetadas; parcerias com órgãos de orientação e capacitação para a reestruturação dos estabelecimentos afetados.
30. Apresentar o cadastro atualizado das infraestruturas (rodovias, adutoras, linhas de transmissão, dutos etc.) interceptadas pelo traçado, e respectivo mapeamento.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 05/08

ANEXO

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

31. Incluir no detalhamento do Subprograma de Gerenciamento de Tráfego das Obras e do Sistema Viário Local: levantamento dos pontos de acesso e de conexão entre e o bairro Pinheirinho e entorno; as principais conexões do bairro aos equipamentos sociais e serviços situados no perímetro urbano; previsão de ações a serem realizadas para o restabelecimento das conexões interrompidas na fase de construção do empreendimento; medidas de sinalização de orientação aos usuários; plano de monitoramento de fluxo de pedestres durante a construção; e realização dos trabalhos por profissionais habilitados.
32. Considerar na elaboração do projeto executivo do empreendimento as recomendações da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento da Prefeitura do Município de Itatiba, conforme Ofício SEPD nº 005/2018 e demais manifestações recebidas em decorrência da Audiência Pública realizada em 31/01/2018. Apresentar ainda o cronograma de compatibilidade das obras de duplicação da SP-063 com o das obras de readequação do trevo de interseção da SP-063 com a SP-065, de responsabilidade do DER-SP.
33. Apresentar um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e Plano de Ação de Emergência - PAE para a fase de obras, conforme diretrizes do item 9.3.4. do Parecer Técnico nº 066/18/IE.
34. Apresentar o detalhamento e o cronograma de instalação de sistema de proteção de recursos hídricos para a contenção de produtos perigosos, considerando a interseção do projeto com cursos d'água que apresentam captação para abastecimento público a jusante, conforme disposto no item 9.3.4. do Parecer Técnico nº 066/18/IE.
35. Apresentar, para análise e aprovação, os projetos das travessias de fauna para os três pontos sensíveis identificados e eventuais novos pontos identificados, conforme diretrizes do item 9.3.6 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.
36. Apresentar propostas de implantação de medidas mitigadoras para reduzir os níveis de ruído pela operação da rodovia, nos pontos P01, P02, P03, P04 e P07N, conforme disposto no item 9.3.7 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.

Durante a implantação do empreendimento

37. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, principalmente o atendimento a dúvidas e reclamações e as ações realizadas para mitigação de incômodos à população, em especial à população diretamente afetada, os resultados obtidos, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica habilitada responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos datados.
38. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento dos Programas e Subprogramas Ambientais da Fase de Construção (de Desapropriação e Apoio da População e Negócios, de Controle Ambiental das Obras - PCA, de Monitoramento da Água, de Monitoramento de Fauna e Flora, de Reposição Florestal, de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, de Educação Ambiental, de Monitoramento Ambiental das Obras, de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-obra, e de Gerenciamento de Áreas Contaminadas), comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO

Folha 06/08

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.

39. Apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) meses da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, especialmente junto aos corpos d'água e áreas de apoio às obras. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e os dispositivos estruturais de contenção de sedimentos implantados. Deverão constar ainda registros fotográficos dos corpos d'água antes do início das obras e durante as intervenções.
40. Informar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos e o Centro de Manejo de Fauna Silvestre – SMA/CBRN/DeFau sobre o início das atividades de supressão de vegetação.
41. Incluir nos relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Flora e Fauna: descrição das atividades realizadas no período; registros fotográficos datados; mapeamento e georreferenciamento das áreas de intervenção; eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas; análise crítica dos resultados; e equipe técnica responsável. Informar e georreferenciar os locais de relocação das espécies de flora e do material eventualmente doado.
42. Apresentar, antes do início da supressão de vegetação, a Autorização para manejo, translocação, captura e transporte da fauna emitida pelo Departamento de Fauna da Secretaria do Meio Ambiente (SMA/CBRN/DeFau), conforme disposto na Resolução SMA nº 92/2014.
43. Comprovar nos relatórios trimestrais de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento da Fauna, as ações de afugentamento e resgate desenvolvidas, a identificação dos animais resgatados e sua condição de saúde; tempo de permanência nos centros de triagem; destino proposto ou já realizado; e áreas identificadas e georreferenciadas para soltura.
44. Incluir nos relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informações sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.
45. Incluir nos relatórios trimestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, o retratado atualizado demonstrando o andamento das ações de desapropriação por propriedade, informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação, avaliação de desempenho do programa e o cronograma de atividades para o próximo período.
46. Incluir nos relatórios trimestrais de acompanhamento do PCA, as autorizações e anuências prévias dos órgãos e/ou concessionárias responsáveis pelas infraestruturas afetadas, bem como comprovar as ações de comunicação prévia à população a ser afetada, antes das intervenções nestas infraestruturas e/ou serviços.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

47. Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha 07/08

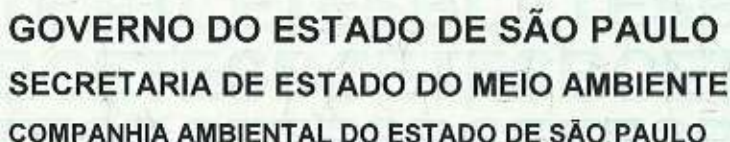
ANEXO

PROCESSO
Nº 115/2014

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2606

48. Apresentar relatório final dos Programas e Subprogramas Ambientais da Fase de Construção (de Desapropriação e Apoio da População e Negócios, de Controle Ambiental das Obras - PCA, de Monitoramento da Água, de Monitoramento de Fauna e Flora, de Reposição Florestal, de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, de Educação Ambiental, de Monitoramento Ambiental das Obras, de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-obra, e de Gerenciamento de Áreas Contaminadas), ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.
49. Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; avaliação e monitoramento da suficiência das estruturas de drenagem superficial e bueiros; levantamento e gerenciamento de passivos ambientais; comunicação social com as comunidades lindeiras; registros de acidentes com produtos perigosos e de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de gerenciamento de resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras, entre outras.
50. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e Projeto Executivo dos locais de armazenamento temporário dos resíduos a serem gerados na fase de operação do empreendimento, conforme diretrizes dispostas no item 9.2.3 do Parecer Técnico nº 66/18/IE.
51. Apresentar a situação de atendimento ao cronograma do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmado junto à CETESB.
52. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.
53. Incluir no relatório final do Programa de Monitoramento da Flora e Fauna a proposta da continuidade do Subprograma de Monitoramento da Fauna durante os três primeiros anos da operação.
54. Incluir no relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra, o balanço sobre as capacitações realizadas, os empregos diretos e indiretos gerados, e a priorização de mão de obra local.
55. Incluir no relatório final do Programa de Desapropriação e Apoio à População e Negócios o balanço das atividades realizadas; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse obtidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; e a avaliação crítica dos resultados obtidos.
56. Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.com a anuência para a emissão da Licença Ambiental de Operação, em atendimento ao Ofício nº 436/2018/IPHAN-SP-IPHAN emitido em 26/02/2018.
57. Apresentar atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e Plano de Ação de Emergência – PAE da Concessionária, incluindo o novo segmento viário implantado (Perimetral de Itatiba) e a duplicação de trecho da Rodovia Luciano Consoline (SP-063), com base nas diretrizes apresentadas na Decisão de Diretoria – DD nº 070 da CETESB de 12/04/16.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



ANEXO

PROCESSO
N° 115/2014

58. Comprovar a instalação de sistema de proteção de recursos hídricos para a contenção de produtos perigosos visando a prevenção de impactos sobre a captação para abastecimento público, e as demais medidas preventivas adotadas nos trechos considerados críticos para a proteção dos recursos hídricos presentes ao longo do traçado.
59. Incluir, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento das medidas propostas para conscientização, prevenção e planos de emergência para combate a incêndios nos remanescentes florestais.
60. Apresentar um Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna detalhado, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando as diretrizes indicadas no item 9.3.6 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.

61. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando a implementação das ações propostas, adequações necessárias, resultados obtidos, demais atividades realizadas no período para melhoria ambiental e propostas para o próximo período.
62. Apresentar a comprovação de parceria com instituições que receberão os animais vivos vítimas de ocorrências na rodovia em operação, e informações sobre a capacidade das mesmas e grupos faunísticos a serem atendidos.
63. Apresentar relatórios anuais do Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna, informando sobre as atividades desenvolvidas, resultados obtidos no monitoramento e avaliação da efetividade das passagens de fauna implantadas, incluindo a proposta de adoção de novas medidas mitigadoras, caso se façam necessárias.
64. Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2ª campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB nº 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB nº 389/2010/P de 24/12/10).

[illegible]

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem